



NASCE UMA ESTRELA OU A POTÊNCIA DA ARTE *DRAG* PARA A EDUCAÇÃO

Ler Anderson de Toledo Santos Filho¹

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo, IFSP, Campos do Jordão, SP, Brasil.

leranderson.santos@ifsp.edu.br

Resumo

Tratar de educação sexual e de gênero no Brasil ainda é um grande desafio para os profissionais de educação do país. Entre preconceitos, desinformação e subjetivações distorcidas, os profissionais de ensino precisam de muita coragem e estratégias diversas para abordar uma temática que é direito dos estudantes brasileiros, garantido por diversos instrumentos de legislação educacional; principalmente frente à judicialização de professores promovida por movimentos reacionários e conservadores como o Escola Sem Partido. Nesse sentido, a arte *Dragqueen* desponta como possibilidade estética de empoderamento desse profissional e recurso de arte-educação potencializador da práxis docente. Diante disso, este texto se configura como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e natureza descritivo-narrativa, que tem como objetivo divulgar como prática educacional a realização de palestras atreladas a temas de Educação Sexual e de Gênero, realizadas por meio da arte *drag*. As palestras foram realizadas com vistas a fomentar o reconhecimento entre discentes e docentes da comunidade escolar de uma instituição de ensino privada, com obstáculos ao respeito de direitos de pessoas trans; assim como para ampliar a ciência sobre a existência do Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero, sua atuação e propósito, de uma instituição de ensino superior federal do estado de São Paulo, bem como fomentar o respeito a diversidade na instituição. Como principais desdobramentos, observaram-se o alcance das metas estabelecidas para as palestras, assim como o alcance que a estética e a arte têm no convencimento e na captura da atenção em momentos de formação e realização de debates complexos.

Palavras-chave: *drag*; educação sexual; educação de gênero; estética.

A STAR IS BORN OR THE POWER OF DRAG ART FOR EDUCATION

Abstract

Addressing sexual and gender education in Brazil remains a significant challenge for the country's education professionals. Amidst prejudice, misinformation, and distorted subjectivities, teaching professionals require considerable courage and diverse strategies to

¹ Professor Especialista em Psicopedagogia e Análise do Comportamento Aplicada (ABA) pela Faculdade Líbano e Licenciado em Pedagogia pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo.

tackle a topic that is a right of Brazilian students, guaranteed by various educational legislation instruments; especially in the face of the judicialization of teachers promoted by reactionary and conservative movements such as the "School Without Parties" movement. In this sense, drag queen art emerges as an aesthetic possibility for empowering these professionals and as an art-education resource that enhances teaching practice. Therefore, this text is configured as an experience report, with a qualitative approach and descriptive-narrative nature, which aims to disseminate the practice of conducting lectures on Sexual and Gender Education themes through drag art. The lectures were held to foster acknowledgement among students and teachers in the school community of a private educational institution facing obstacles to respecting the rights of transgender people, as well as to broaden the understanding of the existence of the Center for Sexuality and Gender Studies, its activities and purpose, within a federal higher education institution in the state of São Paulo, and to foster respect for diversity within the institution. Key outcomes included the achievement of the established goals for the lectures, as well as the impact of aesthetics and art in persuasion and capturing attention during training sessions and complex debates.

Keywords: drag; sex education; gender education; aesthetics.

1 INTRODUÇÃO

Tratar de educação sexual e de gênero no Brasil ainda é um grande desafio para os profissionais de educação do país, dificuldade essa que possui uma miríade de razões. Em primeiro lugar, torna-se interessante salientar que, muito embora Foucault (2019) tenha deixado explícito em seu revolucionário primeiro volume de História da Sexualidade que, ao contrário do que conjectura a hipótese repressiva, somos constantemente estimulados a dizer e confessar nossos desejos e práticas de prazer pelo sistema de saber-poder estabelecido hegemonicamente; a mesma pastoral cristã que junto de outras instituições como a Psiquiatria e a Psicologia perscrutou esses anseios com objetivo de uma gestão ótima dos corpos, produziu de maneira muito eficiente, seja por um efeito adverso, ou mesmo por intenção, o status de tabu sobre as discussões acerca da sexualidade e do gênero, que tivessem como objetivo problematizá-las para além do que define a norma social hegemônica.

Um panorama como esse, só poderia servir de dificultador ao trabalho docente que busca inserir-se numa lógica freiriana de dialogismo e emancipação dos sujeitos que frequentam o meio escolar. Como apontam Dias e Sposito (2021), a culpa e a vergonha cristãs serviram para interditar debates que não estivessem circunscritos à moralização dos hábitos sexuais dos fiéis. Isso fez com que nem mesmo a família, que, numa ótica bourdieusiana, é a primeira instituição responsável por socializar o infante, dando início a seu desenvolvimento

humano; fosse um local seguro para tratar de tais questões, de modo que a informação e o acolhimento deram lugar ao silêncio e ao constrangimento (Bourdieu, 1999).

Essa dinâmica de silenciamento, seja porque, conforme Bourdieu (1999), a escola reproduz os valores sociais das classes hegemônicas, promovendo violências simbólicas em quem não se encontra de acordo com tais valores, seja porque, conforme Foucault (2014), a Pedagogia, emulando e adaptando os procedimentos panópticos do cárcere, busca vigiar e disciplinar os corpos da instituição, promovendo a mesma gestão que interessa à majoração do poder, também está presente no âmbito da escola. Louro (2016), afirma que não só a pedagogia do silenciamento, que não aborda tais temas, faz-se robustamente estabelecida na escola e na família, como, por sua presença, produz o efeito deletério de relegar a outras instituições e grupos sem a responsabilidade social de educar, a incumbência de promover pedagogias que falam sobre ao assunto, como é o caso das mídias televisivas e as redes sociais, produzindo ainda, por vezes, ironicamente, a culpabilização da escola pela sexualização precoce das crianças.

Como se o contexto até aqui delineado não bastasse, soma-se a ele a constatação de Barbosa e Folmer (2019) de que, mesmo que diversos dispositivos legais da educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (2006) e até mesmo a polêmica Base Nacional Comum Curricular (2018), tenham prevista a necessidade de se tratar da educação sexual na escola, os profissionais atuantes no processo de escolarização formal encontram-se despreparados para abordar o tema, promovendo, muitas vezes, reforço de estigmas e preconceitos, confusões e ampliação da desinformação. Além disso, Barbosa e Folmer (2019) apontam que não se pode observar um significativo esforço de formação inicial e continuada para preparar os profissionais docentes para essa importante tarefa.

Importância essa que ganha maior relevância em face dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os quais apontam que 83% dos casos de abuso de vulneráveis acontecem dentro de casa, pelas famílias que justamente não falam sobre o assunto. Outra estatística que torna mister a mudança desse paradigma é o fato de que, segundo Benevides e Nogueira (2021) o Brasil segue sendo o país que mais mata Transexuais e Travestis no mundo. Outrossim, pode-se citar o número de assassinatos violentos contra pessoas LGBTQIAPN+, que vem aumentando, conforme apontado pelo Grupo Gay da Bahia e noticiado pela Rede Globo, desde o governo Bolsonaro, o qual, embora não se possa

necessariamente apontar como “responsável” pelo fato, é importante destacar, diversas vezes expressou opiniões agressivas e de intolerância contra a comunidade, bem como desmontou as estruturas do Estado responsáveis por debater a proteção dos membros do movimento.

Por fim, pode-se acrescentar a esse cenário o acirramento do debate político brasileiro promovido pelo recrudescimento de um conservadorismo de tendências despidamente fascistas, como apontado por Esther Solano, importante socióloga brasileira, que vem estudando a renovação da direita política, em específico via bolsonarismo (Solano, 2017). Esse fenômeno serviu de catalisador para que as ideias de um movimento social, responsável por perseguir e silenciar professores que não coadunassem com os valores de seus membros, encontrasse capilaridade no país, o famigerado “Escola Sem Partido”.

Esse movimento, envolto em uma série de contradições, epistemológicas, jurídicas e pedagógicas, pleiteava aprovar um projeto de lei (PL) responsável por interferir na práxis docente, circunscrevendo o currículo aos valores pessoais das famílias (Frigotto, 2019). Esse caso intensificou o tabu sobre as questões de gênero e sexualidade e desestimulou os profissionais de educação empenhados no debate a promover as discussões necessárias, haja vista que o movimento promoveu uma ampla judicialização dos professores que abordavam as temáticas, mesmo que o movimento não tenha atingido o objetivo de aprovar o PL.

Atualmente, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por meio de frente ampla, contornos levemente menos preocupantes parecem estar se desenhando com uma maior abertura ao diálogo, revitalização do ambiente democrático e suas instituições, bem como responsabilizações por radicalizações antidemocráticas. Contudo, a questão da educação sexual e de gênero está longe de estar pacificada, com diversos políticos de extrema-direita atacando a diversidade sexual e de gênero com a promoção de *Fake News* e Pânico Moral.

Assim, entre avanços e retrocessos, e cercado por preconceitos, desinformação e subjetivações distorcidas, os profissionais de educação precisam de muita coragem e estratégias diversas para conseguir abordar a educação sexual e de gênero que é direito dos estudantes brasileiros, conforme, defendido inclusive pela UNESCO (UNESCO, 2018). Vale apontar que no rol de métodos à disposição do profissional docente, Freire (2020) chama a atenção para o poder da estética.

Para Freire (2020) a estética na educação pode ser compreendida como resultado da atuação do corpo humano consciente de que cria beleza. Nesse dimensionamento, o docente

vira artista e político, afinal, para o autor, a dimensão criadora pode ser compreendida como força contra o determinismo histórico temporal dos poderes dominantes, e destarte, contra as prisões da norma para a sexualidade e para o gênero (Berino; Neves; Santos, 2021).

Por outra ótica, Butler (2019) e Foucault (2019) também destacam o corpo como potência de transformação ao analisarem sua dimensão discursiva e performática. Para Butler (2019) “performatividade” é forma de expressão do corpo que consiste no poder de reforço do discurso, para produzir fenômenos sob os quais incide seu controle. Deste modo, “performatividade” implica a possibilidade das ações de (re)criar a realidade social, cultural e identitária.

Já Foucault (2019) aponta que o vínculo com a ordem dos discursos faz com que os corpo(s), gênero(s) e sexualidade(s) não possam ser reconhecidos como fenômenos naturais, mas sim como decisões políticas, as quais se inserem nas dinâmicas das relações de poder, passíveis de subordinar ou emancipar os sujeitos. Nesse sentido, as considerações de Butler (2019) e Foucault (2019) servem para sublinhar de que maneira a escolha pela performance, enquanto recurso de arte-educação que instrumentaliza o corpo, pode potencializar o ato educativo e pedagógico (Santana; Couto, 2024).

É pensando nisso e tendo como referência estética educadores e comunicadores como Rita Von Hunty – persona *drag* do professor de Estudos Culturais Guilherme Terreri – que acreditamos ser imprescindível discutir o potencial da arte *Drag* enquanto ferramenta de arte-educação, capaz de viabilizar um alargamento das discussões sobre sexualidade de gênero na escola. Nesse sentido, o texto que se segue trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa e natureza descritivo-narrativa, que tem como objetivo divulgar como prática educacional a realização de palestras atreladas a temas de Educação Sexual e de Gênero, realizadas por meio de performance *Drag* (Minayo, 2017). As palestras foram realizadas com vistas a fomentar a tolerância entre discentes e docentes da comunidade escolar de uma instituição de ensino privada, com obstáculos ao respeito de direitos de pessoas trans; assim como para ampliar a ciência sobre a existência do Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero, sua atuação e propósito, de uma instituição de ensino superior federal do estado de São Paulo, bem como fomentar o respeito a diversidade na instituição.

2 NEBULOSA URANISTA, OU O BERÇO DE VERÔNICA



Meu primeiro contato aprofundado com a arte *drag* foi a partir do *reality show* *Rupaul's Drag Race*, muito divertido e instigante, o programa mistura humor, história, moda, atuação, música, dança e muito mais, (re)construindo a subcultura LGBTQIAPN+ (Quinalha, 2022). Mediado por um namorado, o encontro com essa cena artística foi amor à primeira vista. Apesar de, a priori, eu pensar que o programa era mais um combo de sensacionalismo e futilidades, quanto mais episódios eu assistia, mais ficava claro para mim que estava passando pela descoberta de um grande tesouro que integra a subjetividade e a expressão artística *queer* do movimento LGBTQIAPN+, o qual amo tanto (Amanajás, 2023).

Nos anos que se seguiram a essa primeira aproximação, começaram a despontar no cenário brasileiro nomes como os das cantoras Pablo Vittar e Glória Groove, cujas ascensões foram um resultado mais ou menos correlato à popularização do supramencionado *reality show*, promovida por sua exibição na plataforma de streaming Netflix. Junto dessas estrelas, um outro fenômeno inspirador se anunciava: a consolidação da Arte-Educadora Rita Von Hunty, persona drag do acadêmico e comunicador da área de estudos culturais: Guilherme Terreri, o qual foi ponto decisivo para que eu decidisse me aventurar no mundo artístico por essa via.

Muito embora as explosões de talento de todas essas estrelas já tivessem criado uma densa nuvem de inspiração em minha psiquê, foi somente durante o ano de 2024, ao fim da graduação do curso de pedagogia, que surgiu o último elemento necessário para que se formasse a estrela de Verônica: o aprofundamento na epistemologia *queer* e nos estudos de gênero via o Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (NUGS) de uma instituição de ensino superior do estado de São Paulo. Dentre os diversos autores que foram ganhando proeminência em meu desenvolvimento intelectual nesse período, cito principalmente Michel Foucault e Judith Butler, cujas ricas ferramentas analíticas apenas começo a descobrir, assim como o filósofo trans Paul Beatriz Preciado, que em um movimento poético ressignificou o signo sob o qual nasceria minha *drag*: o signo de Urano, pois teria sido esse o primeiro símbolo utilizado para defender a identidade homossexual nos fundamentos do movimento LGBTQIAPN+ moderno e ocidental (Preciado, 2020; Quinalha, 2022).

Os ingredientes postos, faltava apenas o empurrão que os tiraria da inércia de repouso e daria início a ascensão cósmica. Esse impulso foi produzido durante a experiência formativa de Estágio Escolar, na qual, com objetivo de fomentar o respeito pela diversidade na instituição da qual fazia parte, fui convidado a realizar uma palestra para os estudantes de

Ensino Médio, trazendo como contribuição a minha experiência de vida como pessoa LGBTQIAPN+ e meus conhecimentos.

Em um ato desprezioso e jocoso, sugeri, aos estudantes que me convidaram, que poderia participar da iniciativa performando *Drag*, somente para chocar a plateia e abalar o *status quo* de alguns membros da comunidade escolar que se sentiam no direito de oprimir seus pares com base nas diferenças. Para minha surpresa, os estudantes levaram muito a sério a minha sugestão e disseram que seria maravilhoso.

Um misto de ansiedade, alegria e receio tomou conta de mim enquanto buscava vestimentas com medidas “femininas” que pudessem trajar meus um metro e oitenta de altura e massa corporal, à época, de três dígitos numéricos. Foi na escolha da peruca, entretanto, que se colocou o ponto de inflexão: eu realmente me lançaria àquela empreitada!

Entretanto, apesar de toda volição que de mim se apoderava, o momento de maior afetividade na criação dessa personagem foi a escolha do nome. Para batizá-la, eu queria algo que soasse, primeiramente, muito gay, ou melhor, bafônico, em seguida, queria que o meu nome feminino estivesse de alguma forma associado ao de mulheres que admiro.

Na seara de montar opções, entraram nomes de pesquisadoras, artistas, cantoras *pop*, personagens de videogames e livros. Em que pese a quantidade de elementos do processo criativo, eu consegui chegar a um número “muito pequeno” de possibilidades: 20 nomes. Assim, para conseguir chegar mais perto do nome oficial, pedi que meus melhores amigos, amigas e amigos opinassem; dos três nomes mais votados, pedi que o voto de Minerva fosse dado por minha amada progenitora e assim nasceu Verônika Coppola do signo de Urano.

3 OS PRIMEIROS PASSOS DO SCARPIN ACADÊMICO

Como o convite para palestrar não veio acompanhado de nenhuma exigência a respeito do conteúdo a ser exposto, eu tive a liberdade total para criar um percurso educativo do zero. Percebi de imediato que não queria utilizar aquele espaço formativo apenas para contar minha história de vida, permeando-a pelas dificuldades de ser LGBTQIAPN+, pois, como uma bicha orgulhosa de sua identidade, nunca pensei que pena deveria ser o sentimento responsável pelo atingimento da meta mais geral da comunidade: o respeito por nossas formas de ser e estar no mundo.

Decidi, então, pautar minha fala a partir da experiência didática e pedagógica que construí no devir da licenciatura em pedagogia. Desta forma, o primeiro movimento foi

primeiramente apresentar o contexto legal que me autorizava a ocupar aquele espaço com aquela temática. Esse primeiro movimento, deveu-se um pouco ao objetivo de arrefecer o primeiro impacto de ter uma drag em carne e osso dando aula, ou talvez, quiçá acirrá-lo, mas principalmente ao de desarmar os legalistas que poderiam me acusar, ou a meus anfitriões, de doutrinadores, buscando amedrontar-nos com ameaças de judicialização.

É importante destacar que, não fosse o contexto específico produzido pela capilarização das ideias do “Escola sem Partido” e demais seguimentos conservadores e radicalizados da sociedade brasileira, justificar a abordagem da educação sexual pela mera exposição dos mecanismos legais que autorizam esse trabalho de maneira acrítica, pode não apenas ser insuficiente para convencer o público a refletir sobre isso, como pode ter um efeito oposto ao pretendido, já que pode ser visto como imposição e cerceamento da subjetividade, principalmente religiosa de alguns. Assim, mesmo que pessoas preconceituosas e, nesse sentido, criminosas devam sentir-se constrangidas por suas transgressões, não é pelo silenciamento que se pode alcançar um bom convívio das diferenças, mas pelo diálogo freiriano e emancipador (Freire, 2020).

Então, com o objetivo de encontrar caminhos para adentrar essa conversa, adotei como estratégia partir da necessária desconstrução do pensamento oriundo do senso comum, o qual é responsável por cristalizar a realidade, dando forma a preconceitos e estereótipos. Para tanto, vali-me de diversas problematizações e exemplificações acerca dos papéis e expressões de gênero na sociedade, o que compreendeu desde códigos de vestimenta até formas de subjetivação mais profundos, ou modos de vida distintos da norma ocidental, branca e heteronormativa.

Ademais, como um complemento que pode parecer simples, mas é essencial para desarmar conflitos e desmobilizar estigmas, parti para a evidenciação de que o conceito de diferença não diz respeito a uma essência do outro, mas sim a um fator que apenas surge do encontro de dois sujeitos, estando, portanto, a diferença *entre* eles e não *em* um deles. Para isso provoquei-os com a pergunta “quem é a pessoa mais diferente da sala?”, esperando obviamente ser apontado. Em seguida perguntei, “mas se todos vocês estivessem de drag, eu ainda seria o ‘mais diferente’? Ou se tivesse vindo com uma expressão de gênero masculina?”

Dando continuidade, expus uma série de conceitos basais que geralmente são mal interpretados, causando confusões no debate, como a ideia de laicidade do estado, que impossibilita a imposição de uma crença sobre outra, ou sobre uma não-crença. Outro

conceito exposto foi o fato de que toda vivência é política, e de que os direitos por que luta a comunidade LGBTQIAPN+ são, nada mais, nada menos, do que direitos humanos básicos comuns a todos, e não super-direitos como colocam alguns opositores políticos.

Por fim, para encerrar esse primeiro ciclo de problematizações, escolhi expor a partir de autores da área, uma síntese. Assim, aponte que, conforme Preciado (2020), as classes hegemônicas estabeleceram a dominância da epistemologia do binarismo sexual e de gênero, a qual dá sustentação aos discursos de naturalização e normatização das identidades heterossexual e cisgênera. Esse contexto normativo é denominado de heteronormatividade compulsória e a partir dele a(s) diversidade(s) sexual e de gênero são marcadas como desviantes, adoecidas e marginalizadas. (Butler, 2018). É importante ainda destacar que os impactos desse pensamento binário, não se restringem às identidades sexuais e de gênero diversas, as quais sofrem com a violência de reorientação das instituições de poder, mas também os gêneros masculino e feminino tornam-se hierarquizados, sendo o primeiro visto como de maior valor do que o último, resultando, assim, em outros movimentos repressivos e de controle do gênero, como o machismo patriarcal (Quinalha, 2022).

Em um segundo ciclo de discussões, fiz então uma breve diferenciação entre gênero e sexualidade, bem como entre identidade ou expressão de gênero e leitura ou imposições de gênero. Com o segundo ciclo aberto para a discussão acerca das pessoas Transexuais e Travestis, as quais são as mais vulnerabilizadas da comunidade, abordei então as tentativas de impossibilitá-las de utilizar o banheiro correspondente a sua identidade de gênero, mesmo que vários pareceres jurídicos lhe assegurem isso.

Outro ponto discutido, diz respeito ao uso de linguagem inclusiva. Assim, satirizando a ojeriza que os opositores à linguagem inclusiva têm pela modalidade ainda em debate e não hegemônica de linguagem neutra de gênero, que poderia ser representada pelo uso dos pronomes elu/delu, ou pelo uso da palavra todes, além de todos e todas, problematizo o apego excessivo à norma padrão da língua, buscando apontar que esse pretense desejo de defender um uso da língua 100% alinhado às convenções gramaticais, não passa, em verdade, de preconceito linguístico (Bagno, 2007).

Então, encerrando esse ciclo, busco demonstrar como o tão propalado receio de que o acolhimento às pessoas trans e travestis, bem como o atendimento a seus direitos venha a produzir violência e abusos sobre as mulheres cisgênero e crianças, não passa de uma manobra discursiva de grupos hegemônicos que não encontra respaldo na realidade (Foucault,

2008). Para isso, aponte a ausência de materiais jornalísticos que abordem casos de pessoas trans estupradoras, frente a miríade de casos de sacerdotes de igrejas cristãs acusados, ou condenados por tal ato. Ademais, aponte os dados do Anuário de Segurança Pública que revelam que a maior parte dos estupros de vulneráveis acontece dentro do seio das famílias das vítimas.

A palestra, por fim, foi encerrada apresentando importantes figuras históricas e contemporâneas que fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+ e que produziram algum tipo de feito proeminente para a sociedade em sua história, como o pai da computação moderna, Alan Turing, a artista revolucionária Frida Kahlo, entre outros. Além disso, realizei a indicação de filmes e séries que abordam a temática e que podem ampliar a reflexão, antes do momento final para perguntas e colocações.

Sentindo que Dona Verônica não poderia se reduzir a uma estrela cadente, que de um brilho logo cai e se apaga, divulguei seu nascimento ao NUGS da instituição de ensino superior do qual fazia parte. Nesse fluxo, de ambos os lados se aproveitou o ensejo, o NUGS me convidou para realizar a palestra de Dona Verônica a fim ampliar o reconhecimento sobre a existência no núcleo e, bem como fomentar o respeito à diversidade em determinados campi da instituição. A palestra ministrada seguiu o mesmo formato de sua primeira execução.

4 PRINCIPAIS ACHADOS, OU O QUE FICOU APÓS O DESAQUENDAR

Em que pese o fato de que a experiência formativa relatada não tivesse em sua gênese a pretensão de realizar uma medição quantitativa de seus impactos, creio ser possível afirmar, que a rodada de palestras de estreia de Dona Verônica foram um sucesso. Tal constatação se apoia no atingimento do objetivo de balançar o *status quo* da comunidade escolar onde foi ministrada, solidificando o debate sobre o respeito à diversidade, bem como no de colocar em evidência a existência e a atuação do NUGS em determinados *campi* de uma instituição federal de ensino de São Paulo.

Outro fator de aceitação qualitativa que atesta o potencial da arte drag enquanto recurso educacional, diz respeito ao efeito de atração provocado no público que acompanhou a palestra do início ao fim inquieto com as provocações da personagem que se colocava diante deles. Além disso, em todas as ocasiões fui procurado ao fim das palestras por discentes e docentes interessados em congratular a iniciativa, seja pela coragem de abordar tais temas, seja pela relevância do debate, mas principalmente pela representatividade de ter uma pessoa

LGBTQIAPN+ ocupando espaços de formação em uma instituição de educação superior pública e socialmente referenciada.

Contudo, acredito que, acima de tudo, o grande trunfo dessa experiência foi exemplificar como a arte drag e sua estética podem potencializar propostas de educação sexual e de gênero. Não apenas eu me senti mais seguro e visível ao promover a personificação dessa personagem, como também eu me apercebi como o que Freire (2020) aponta como “corpo consciente criador de beleza”, isto é, um corpo ligado a outros corpos e mentes na busca por um projeto coletivo de mundo, um mais justo, democrático e humanizado. Essa posição, foi o que pareceu promover maior atratividade para o público se dispor a ouvir sobre esse assunto, seja por mera curiosidade, por inquietação, ou por apreciar a beleza, a potência e o divertimento que a arte drag de performar o feminino pode proporcionar (Santana; Couto, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que a experiência relatada neste trabalho tenha permitido exemplificar como a arte drag pode se configurar como potente instrumento pedagógico no enfrentamento dos tabus ainda existentes em torno da educação sexual e de gênero no Brasil. No decorrer do texto, procurou-se evidenciar que a resistência cultural e política a esses temas decorre de uma estrutura histórica de silenciamento, sustentada por dispositivos de poder e moralização social, como apontam Foucault e Bourdieu. Nesse contexto, a performance de Verônica Coppola emerge não apenas como expressão artística, mas como estratégia educativa que mobiliza afetos, reflexões e rupturas necessárias à desconstrução de preconceitos e estigmas.

Ademais espera-se que a vivência prática apresentada tenha revelado como a presença da arte *drag* em espaços escolares e acadêmicos tem o potencial de gerar diálogo, acolhimento e empatia, ao mesmo tempo em que desafia as normas hegemônicas que regulam corpos e as subjetividades. Inspirada pela pedagogia freiriana e pelos estudos *queer*, a iniciativa mostrou que a educação pode ser um campo fértil para o exercício da liberdade e da escuta, quando se propõe a promover o respeito à diversidade e a ampliação das formas de ser e estar no mundo. O uso da performance como ferramenta didática também se mostrou eficaz na ampliação do interesse discente e na resignificação da figura docente, fortalecendo a dimensão humanizadora da educação.

Por fim, cabe destacar que esta experiência abre caminhos para futuras investigações sobre a inserção de práticas artísticas dissidentes na formação de professores e no cotidiano escolar. Pesquisas futuras podem explorar como diferentes linguagens da arte *queer*, como o teatro, a música e a performance, podem contribuir para a construção de ambientes educativos mais inclusivos, críticos e afetivos. Assim, reafirma-se que a arte *drag*, mais do que um espetáculo, é um ato político e pedagógico que, quando acolhido pela educação, tem o poder de formar sujeitos mais livres, conscientes e solidários.

REFERÊNCIAS

AMANAJÁS I. *Drag Queen: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas*. **Revista Belas Artes**, [S. l.], v. 16, n. 3, 2023. Disponível em: <https://revistas.belasartes.br/revistabelasartes/article/view/306>. Acesso em: 29 out. 2025.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo, Loyola, 2007. Disponível em: <https://ia801305.us.archive.org/26/items/PreconceitoLinguistico/MarcosBagnoPrecLinguistico.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

BARBOSA, Luciana Uchôa; FOLMER, Vanderlei. Facilidades e dificuldades da educação sexual na escola: percepções de professores da educação básica. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, [S. l.], v. 9, n. 19, p. 221–243, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/515>. Acesso em: 29 out. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). **Orientações curriculares para o ensino médio: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006b. v. 2.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020**. (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BERINO, Aristóteles de Paula; NEVES, Luciana Dilascio; SANTOS, Vanessa de Andrade Lira dos. A tarefa artística do ato de conhecer: estética, criação e reexistência em Paulo Freire. **Educ@-Série-Estudos**, Campo Grande, v. 26, n. 58, p. 89-109, set. 2021. Disponível em



<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-19822021000300089&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 dez. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 16ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

DIAS, Danielly Ferreira; SPOSITO, Neusa Elisa Carignato. Educação sexual: uma sequência didática para a EJA de uma escola de assentamento. **Educação em revista** [online]. 2021, vol.37, e231147. Epub 17-Ago-2021. ISSN 1982-6621.n Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698231147>.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A História da Sexualidade I**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 42ªed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente**. 63 ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: UERJ, Disponível em: <https://ifg.edu.br/attachments/article/7536/A%20g%C3%AAAnese%20das%20teses%20do%20Escola%20sem%20Partido%20esfinge%20e%20ovo%20da%20serpente%20que%20amea%C3%A7am%20a%20sociedade%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20%E2%80%93%20Gaud%C3%AAancio%20Frigotto.pdf>

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 3ªed. Belo Horizonte: Autêntica, p.7-34, 2016.

MINAYO, M. C. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.5, n. 7, p. 01-12, abr. 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82/59>. Acesso em: 22 dez. 2025

PRECIADO, Paul Beatriz. **Um Apartamento em Urano: crônicas da travessia**. 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SANTANA , Thiago Coelho de; COUTO, Edvaldo Souza. Tempero Drag: pedagogias e performances corporais de Rita Von Hunty. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 9, p. e8221, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n9-273. Disponível em:



<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/8221>. Acesso em: 22 dez. 2025.

SOLANO, Esther. **MBL e a estratégia das pautas morais** - Esther Solano. Canal Justificando. You-tube, 5 out. 2017. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=cZj6OzQ7zKg&t=98s> Acesso em: 30 out. 2025.

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **International technical guidance on sexuality education**. 2 ed.revisada. Paris, 2018. Disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002607/260770e.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

